

Inclusão digital de mulheres: o papel da comunidade acadêmica

Raquel T.T. Yamada¹, Fabio Favarim², Beatriz Terezinha Borsoi²

¹Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – UTFPR

²Departamento Acadêmico de Informática – UTFPR

Via do Conhecimento, Km 1 – 85503-390 – Pato Branco – PR – Brasil

ryamada@alunos.utfpr.edu.br, {favarim,beatriz}@utfpr.edu.br

Resumo. *A inclusão digital como parte do processo de resgate da cidadania da mulher deve considerar o seu contexto e sua história de vida. O presente texto traz o relato da experiência de acadêmicos engajados em instrumentalizar mulheres e conferir-lhes autonomia dentro do mundo digital. O empoderamento da mulher pelo caminho de uma inclusão que abra horizontes e reduza desigualdades de gênero foi proposto e desenvolvido no município de Pato Branco. Atividades foram realizadas aproximando a realidade das mulheres e considerando as necessidades relatadas por elas. Conclui-se que o respeito pela realidade de vida das mulheres é um facilitador no processo de aprendizagem e enriquece a relação de acadêmicos com a sua comunidade.*

Introdução

A exclusão digital provoca o deslocamento de pessoas para as margens da sociedade, induzida pelo fenômeno conhecido como “analfabetismo digital”[Martini 2005]. O mundo digital, nos moldes atuais, parece ser privilégio de elites econômicas e inacessível à população como um todo, levando a um maior distanciamento entre grupos sociais. Assim, o fortalecimento do exercício de cidadania através do empoderamento obtido pelo conhecimento tem sido uma opção adotada com o intuito de reduzir diferenças sociais. A inclusão digital de mulheres constitui importante instrumento para redução de desigualdades. Mulheres, que muitas vezes “não se sentem à vontade frente a um computador, não apenas por não saberem mexer (dominar um sistema operacional ou alguns aplicativos), mas principalmente por crerem que não conseguirão aprender, visto que isso não é coisa de mulher”[Barbosa et al. 2015]. O grupo social composto por estas mulheres faz parte das pessoas a quem o programa de extensão denominado “Inclusão digital promovendo cidadania, oportunidades de trabalho e uso de novas tecnologias”, apoiado pelo PROEXT 2015, do Ministério da Educação, visa atender. Assim, o objetivo do programa é o de garantir a capacitação de pessoas no uso de novos equipamentos e softwares e, assim, habilitá-las a se tornar cidadãos ativos e conhecedores de seus direitos e deveres.

O contexto

O município de Pato Branco, localidade das participantes das oficinas de informática, encontra-se no sudoeste do Paraná, e tem população estimada de 80710 habitantes. O grupo foi composto por vinte mulheres, da faixa etária de 11 a 53 anos, sendo que onze delas tinha mais de 40 anos. As atividades foram desenvolvidas no bairro Alvorada, no período de 25 de abril a 06 de junho de 2016, todas as segundas-feiras pela manhã.



Apenas duas das integrantes do grupo tinham computador em casa, nenhuma com acesso à Internet. Os filhos de quatro participantes possuíam computadores pessoais (notebook), que eram propriedade dos mesmos, e não eram utilizados por outras pessoas na casa.

As necessidades do grupo de alunas procuraram ser atendidas adaptando o conteúdo programático aos seus interesses com o intuito de atendê-las individualmente. Os professores coordenadores do projeto orientaram sobre as diretrizes a serem tomadas e forneceram todo material de apoio para ministrar as aulas. O conteúdo a ser utilizado consistia em nomenclatura e uso de equipamentos periféricos ligados ao computador, noções básicas de sistemas operacionais, softwares de edição de texto, de planilha eletrônica, e acesso à Internet.

No encontro inicial, cada participante foi solicitada a detalhar o seu nível de conhecimento em informática e sua expectativa em relação ao curso. Com as informações coletadas, foram adotadas estratégias para atender as particularidades de cada uma das participantes. Por tratar-se de um grupo heterogêneo, e contando com três instrutoras, as tarefas foram divididas por segmento e por objetivo. A definição do propósito do aprendizado foi determinada de acordo com escolhas individuais, levando a formação de três grupos básicos: de adolescentes, cujo conteúdo foi dedicado ao estudo da cultura brasileira; a de jovens com objetivo de inserção no mercado formal de trabalho, que tiveram noções de formatação de trabalhos acadêmicos e de preparo de currículo e, o terceiro grupo de mulheres, que dentro de sua heterogeneidade, sentia necessidade de aprender a se comunicar através desta tecnologia por elas desconhecida.

O acolhimento e a familiarização ao equipamento fizeram parte das ações iniciais, justamente para que o processo de aprendizagem despertasse o interesse e fosse prazeroso ao grupo que há muito se encontrava afastado dos bancos escolares. À medida que o medo de errar era trocado pela curiosidade em aprender, novos recursos eram incorporados e gradativamente repassados ao grupo. Noções de ergonomia e prevenção de lesões por esforço repetitivo foram explanados e, depois de um período aproximado de cinquenta minutos de atividade, uma prática de exercício laboral era realizada com todas as participantes. Com o conhecimento adquirido e as novas atividades desenvolvidas pelo grupo, as mulheres passaram a ter segurança em navegar pela Internet e foram capazes de realizar atividades básicas para utilização do editor de texto, correio eletrônico e de redes sociais.

Como forma de tornar familiar e interessante a utilização do editor de texto, foram distribuídas receitas culinárias, as quais foram digitadas por todas. A partir destas receitas(textos), foram repassadas noções para formatação de texto, inserção de imagens, manipulação de arquivos, pesquisa de novos textos e imagens na Internet. O passo seguinte foi a prática da utilização do correio eletrônico para troca de mensagens e das receitas culinárias entre as participantes. Como última etapa desta fase, cada uma criou seu perfil em uma rede social e recebeu orientações básicas para troca de mensagens entre as mesmas e de cuidados com segurança.

Ao final das sete semanas, as participantes concluíram a etapa com disposição para se aprofundar no tema e solicitaram que houvesse continuidade das aulas, demonstrando o interesse e a motivação para estudo das tecnologias de Informação.



Discussão

Empoderamento, termo polissêmico, tem um sentido mais amplo que apenas dar ou conceder poder a alguém. Segundo Baquero [Baquero 2012], “empoderamento, enquanto categoria, perpassa noções de democracia, direitos humanos e participação, mas não se limita a estas”. O empoderamento extrapola o nível conceitual e envolve sujeito e coletividade, de modo que exista ação consciente. O indivíduo emancipado deve ser capaz de mover-se no sentido de buscar seus direitos e conhecedor de seus deveres.

O poder conferido pelo conhecimento investiu de confiança estas mulheres que consideravam difícil a tarefa de usar um computador. Concordando com Barbosa [Barbosa et al. 2015], que define o conceito de empoderamento como um “processo por meio do qual as mulheres incrementam sua capacidade de configurar suas próprias vidas e seu entorno, e mais do que incluídas, estarem mobilizadas em práticas que as promovam e as impulsionem no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas”. A utilização de uma estratégia que se aproximasse do cotidiano destas mulheres parece ter sido um facilitador. Com base nos modelos organizadores do pensamento, Araújo[Araújo 2000] afirma que a construção de modelos não ocorre “somente a partir da lógica subjacente às estruturas de pensamento, mas comportam os desejos, sentimentos, afetos, representações sociais e valores de quem os constrói”. Ao utilizar textos e imagens (receitas culinárias) que fosse familiar e de interesse deste grupo social, o aprendizado tornou-se atrativo e os equipamentos menos temerosos. É importante salientar que o ambiente pelo qual estas pessoas buscaram o conhecimento não foi o do ensino formal, nem obrigatório, mas um local em que se pudesse desvendar os mistérios de complicadas máquinas.

Na dinâmica do processo de apropriação do conhecimento e da elaboração de modelos organizadores do pensamento, o sujeito é ativo e “abstrai os elementos de uma situação concreta, atribui significado a eles e estabelece implicações na relação entre elementos e significados”[Lemos-de Souza 2009]. Estas mulheres que foram em busca do conhecimento e que inicialmente tiveram medos, passaram a atribuir valor e realizar conexões com elementos de sua realidade quando perceberam que as máquinas poderiam ser-lhes úteis no cotidiano e não apenas para o trabalho. O modelo construído por meio de analogia é uma forma menos custosa de apropriação da realidade. Por meio desse processo dinâmico é que promove o resgate da cidadania pelo conhecimento e inclui pessoas no mundo digital.

O acesso à informação baseada em conhecimento formal, proveniente de uma instituição de ensino superior, aliada à possibilidade de desempenhar novos papéis, como a comercialização de produtos ou novas oportunidades de trabalho, ampliam os horizontes. Desse modo, o processo de inclusão digital parece ocorrer de modo natural, sem sofrimento, para mulheres receosas com novas tecnologias. Segundo Bagio [Baggio 2000], “o novo trabalhador deve ser um sujeito com permanente capacidade de aprendizagem e de adaptação a mudanças, deve saber trabalhar em grupo, de preferência em equipes multidisciplinares, e ter domínio da linguagem das máquinas”. Sendo assim, dominar a linguagem das máquinas pode ser o diferencial que diversifica a possibilidade de trabalho e de melhoria na qualidade de vida.

O acesso à informação pode capacitar pessoas a ter controle e poder de decisão, e segundo Garbin et al. [da Rocha Garbin et al. 2012], o desenvolvimento destas habili-



dades pessoais e comunitárias também pode ser utilizado como estratégia para o cuidado com a saúde. A qualidade de vida pode ser influenciada pelas informações obtidas por meio da inclusão digital. Grossi [Grossi et al. 2013] concorda que a qualidade de vida, a participação ativa das pessoas, a maior liberdade social, são alguns dos benefícios da inclusão digital. Se para as mulheres “a conquista da autonomia econômica é condição essencial para que se possa projetar uma vida de autonomia plena”[Pinheiro et al. 2008], e dentro do grupo dos excluídos digitais compõem o maior percentual, é importante contemplar a participação das mulheres nas políticas públicas ou privadas de inclusão digital, para que efetivamente habilitem-nas ao exercício da cidadania e não aumentem nem mantenham-se as desigualdades de gênero.

Conclusão

A inserção digital conjugada a estratégias de acolhimento e atenção individualizada para mulheres ingressantes no mundo digital trouxe autoconfiança individual e coletivamente, empoderando-as com o conhecimento das novas tecnologias.

Projetos de extensão que envolvem a comunidade acadêmica e o seu entorno desmistificam o saber e aproximam pares. O conhecimento produzido passa a ser compartilhado com benefício mútuo, de acadêmicos e da população.

Agradecimentos

Ao MEC/SESu que por meio do Edital PROEXT 2015, permitiu o apoio financeiro ao projeto “Inclusão digital promovendo cidadania, oportunidades de trabalho e uso de novas tecnologias”, coordenado pelo prof. Fábio Favarim, da UTFPR, Câmpus Pato Branco.

Referências

- Araújo, V. A. A. d. (2000). Cognition, affectivity and morality. *Educação e pesquisa*, 26(2):137–153.
- Baggio, R. (2000). A sociedade da informação e a infoexclusão. *Ciência da Informação*, 29(2):16–21.
- Baquero, R. V. A. (2012). Empoderamento: instrumento de emancipação social?-uma discussão conceitual. *Revista debates*, 6(1):173.
- Barbosa, R. C. et al. (2015). Mulheres e formação docente em tempos de tic: narrativas de experiências de inclusão, competências e empoderamento na ufpb virtual.
- da Rocha Garbin, H. B., Rodrigues Guilam, M. C., and Faria Pereira Neto, A. (2012). Internet na promoção da saúde: um instrumento para o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais. *Physis-Revista de Saúde Coletiva*, 22(1).
- Grossi, M. G. R., da Costa, J. W., and dos Santos, A. J. (2013). A exclusão digital: o reflexo da desigualdade social no brasil. *Nuances: estudos sobre Educação*, 24(2):68–85.
- Lemos-de Souza, L. (2009). Modelos organizadores, sujeito e educação: Considerações a partir do pensamento complexo. *Ciências & Cognição*, 14(1):283–295.
- Martini, R. (2005). Inclusão digital & inclusão social. *Inclusão social*, 1(1).
- Pinheiro, L., Fontoura, N. d. O., Querino, A. C., Bonetti, A., and Rosa, W. (2008). Retrato das desigualdades de gênero e raça.